

EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESAFIO NA INCLUSÃO SOCIAL

Maicon Scapin¹

RESUMO: Este estudo aborda o papel do esporte e da Educação Física como instrumentos de inclusão social e desenvolvimento humano, destacando os desafios e possibilidades dessa prática. No contexto atual, marcado por desigualdades e exclusões, o esporte emerge como uma ferramenta poderosa para promover autonomia, visibilidade e pertencimento, especialmente para grupos marginalizados. O objetivo foi analisar como práticas esportivas podem ser implementadas de forma inclusiva, considerando a formação dos profissionais de Educação Física como um fator essencial para superar barreiras culturais, metodológicas e estruturais. A relevância do tema está na necessidade de construir ambientes acolhedores que garantam acesso equitativo aos benefícios do esporte, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. Os resultados apontam que a inclusão exige uma abordagem colaborativa, envolvendo educadores, gestores e políticas públicas, além de investimentos em formação docente e adaptação metodológica. Conclui-se que o esporte possui potencial transformador, mas sua efetividade depende de planejamento intencional e sensível às demandas da diversidade.

Palavras-chave: Inclusão social. Educação Física. Formação docente.

ABSTRACT: This study addresses the role of sports and Physical Education as instruments of social inclusion and human development, highlighting the challenges and possibilities of this practice. In the current context, marked by inequalities and exclusions, sports emerge as a powerful tool to promote autonomy, visibility and belonging, especially for marginalized groups. The objective was to analyze how sports practices can be implemented in an inclusive manner, considering the training of Physical Education professionals as an essential factor to overcome cultural, methodological and structural barriers. The relevance of the topic lies in the need to build welcoming environments that guarantee equitable access to the benefits of sports, contributing to a more just and egalitarian society. The results indicate that inclusion requires a collaborative approach, involving educators, managers and public policies, in addition to investments in teacher training and methodological adaptation. It is concluded that sports have transformative potential, but their effectiveness depends on intentional planning that is sensitive to the demands of diversity.

3482

Keywords: Social inclusion. Physical Education. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, especialmente em contextos onde as diferenças sociais, culturais e físicas podem criar barreiras para a participação plena de indivíduos em atividades coletivas. Segundo Silva e Winckler

¹Educação Física – Unopar Anhanguera, 2024

(2022), essa área do conhecimento é reconhecida como um meio eficaz para proporcionar acesso ao esporte paralímpico, promovendo autonomia e visibilidade para jovens com deficiência visual. Essa perspectiva amplia o debate sobre a abrangência da Educação Física enquanto ferramenta de transformação social, destacando sua capacidade de superar preconceitos e promover a igualdade de oportunidades (Palma e Lehnhard, 2012). Nesse sentido, torna-se necessário explorar as principais vertentes que sustentam a inclusão social por meio dessa disciplina, considerando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados (Cadó, Palma e Sawitzki, 2023).

Um dos principais desafios da Educação Física inclusiva está relacionado à adaptação metodológica necessária para atender às demandas de alunos com deficiência. Oliveira (2022) aponta que, embora existam avanços significativos em termos de políticas públicas e práticas pedagógicas, ainda há lacunas no preparo dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula. Essa limitação pode resultar em exclusão involuntária ou em experiências insatisfatórias para os alunos com deficiência, reforçando estereótipos e perpetuando desigualdades. Assim, a formação continuada de educadores é essencial para garantir que as práticas sejam acessíveis e respeitem as particularidades de cada indivíduo, contribuindo para uma cultura de inclusão genuína.

Outro aspecto relevante diz respeito aos fatores que contribuem para a evasão ou baixa participação de meninas em projetos de inclusão social por meio do esporte, especialmente aquelas pertencentes a grupos historicamente marginalizados (Moraes; Bastos; Rodrigues 2022), por sua vez, Vianna, Arruda e Araújo (2022) destacam que questões socioculturais, como expectativas de gênero e falta de representatividade feminina, podem levar ao desinteresse ou abandono dessas iniciativas. Esse fenômeno evidencia a necessidade de repensar as estratégias utilizadas nesses programas, promovendo espaços mais acolhedores e inclusivos que valorizem a diversidade de gênero e incentivem a participação equitativa. A inclusão, portanto, não deve ser vista apenas como uma questão de acesso, mas também como um compromisso com a permanência e o engajamento de todos os envolvidos.

Apesar dos avanços teóricos e práticos na área da Educação Física inclusiva, ainda persistem barreiras que limitam sua efetividade como instrumento de inclusão social. Moraes, Bastos e Rodrigues (2022) destacam que muitos professores enfrentam dificuldades relacionadas à autoeficácia e à formação inadequada para lidar com a diversidade em sala de aula, o que pode comprometer a qualidade das intervenções pedagógicas. No entanto, questões

socioculturais, como as desigualdades de sexo e a falta de representatividade, contribuem para a exclusão de grupos específicos e oprimidos dentro do esporte conforme apontado por Vianna, Arruda e Araújo (2022). Essas lacunas evidenciam a necessidade de uma análise mais profunda sobre os fatores que influenciam a implementação de práticas inclusivas e os impactos dessas práticas na promoção da equidade social.

Este estudo tem como objetivo investigar as principais vertentes que sustentam a inclusão social por meio da Educação Física, com foco nas estratégias pedagógicas, nos desafios enfrentados pelos educadores e no impacto dessas práticas na participação equitativa de grupos historicamente marginalizados. Pretende-se, ainda, identificar caminhos para superar as barreiras metodológicas e socioculturais que impedem a plena integração de indivíduos com deficiência e outros grupos vulneráveis em contextos educacionais e esportivos. A partir dessa análise, busca-se contribuir para a construção de um modelo de Educação Física mais inclusivo e acessível, alinhado aos princípios de igualdade e “...respeito à pluralidade dos sujeitos.”

A relevância deste estudo reside na sua contribuição para o avanço das práticas inclusivas na Educação Física, área que desempenha um papel estratégico na promoção da equidade social e no combate às desigualdades. Desta forma, Silva e Winckler (2022), destacam que a Educação Física pode ser um meio eficaz para proporcionar acesso ao esporte paralímpico e promover autonomia para jovens com deficiência visual, evidenciando seu potencial transformador. No entanto, como aponta Oliveira (2022), “A falta de preparo adequado dos professores e as limitações metodológicas ainda representam obstáculos significativos para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Somam-se a esses fatores a escassez ou ausência de materiais didáticos específicos e adaptados às necessidades diversas dos alunos, realidade comum em muitas escolas brasileiras.”

A superlotação das turmas também contribui negativamente, dificultando a atenção individualizada e a aplicação de estratégias pedagógicas personalizadas, especialmente importantes em um contexto de ensino inclusivo. Paralelamente, a desmotivação estudantil, muitas vezes fruto de experiências repetidas de exclusão ou de aprendizagens pouco significativas, compromete o engajamento dos alunos no processo formativo. Ademais, o princípio da não reprovação, embora bem-intencionado ao buscar evitar a exclusão por retenção, muitas vezes acaba sendo aplicado de forma mecânica, sem ações pedagógicas de apoio efetivas, resultando em aprovações simbólicas que não garantem aprendizagens reais. Assim, todos esses elementos atuam de maneira combinada, dificultando a construção de

práticas educacionais que promovam efetivamente a equidade, a diversidade e o acesso igualitário ao conhecimento.

. Nesse contexto, este estudo se torna relevante ao propor uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pelos educadores e os impactos dessas barreiras na participação de grupos marginalizados, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes.

Ademais, ao abordar questões socioculturais, como a evasão de meninas em projetos esportivos, conforme discutido por Vianna, Arruda e Araújo (2022), “o estudo amplia o debate sobre a necessidade de criar ambientes mais acolhedores e representativos, garantindo que a inclusão vá além do acesso e promova a permanência e o engajamento de todos os indivíduos”. Assim, esta pesquisa não apenas preenche lacunas teóricas, mas também oferece contribuições práticas que podem fortalecer o papel da Educação Física como ferramenta de transformação social.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 METODOLOGIA

Este estudo adota como método de investigação um levantamento bibliográfico fundamentado em uma abordagem qualitativa e natureza descritiva, com o objetivo de analisar as principais vertentes da inclusão social na Educação Física. Para tanto, foram selecionados artigos científicos publicados em repositórios acadêmicos reconhecidos, tais como a *Revista Brasileira de Educação Especial*, a *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada* e outras bases indexadas, no período compreendido entre 2021 e 2025. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela necessidade de abordar produções recentes que reflitam os avanços e desafios contemporâneos no campo da inclusão social por meio da Educação Física. Os critérios de inclusão consideraram estudos que tratassem diretamente das práticas pedagógicas inclusivas, atitudes de professores e barreiras socioculturais enfrentadas por grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência e meninas. Como palavras-chave utilizadas na busca destacam-se: “Educação física inclusiva”, “Esporte e sociedade”, “cultura corporal de movimento e inclusão”, “pedagogia do esporte e diversidade” e “gênero e educação física”.

A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, permitindo uma interpretação mais profunda dos conteúdos extraídos das fontes bibliográficas. A natureza descritiva do

estudo possibilitou a organização e categorização das informações coletadas, destacando temas recorrentes, como as estratégias metodológicas utilizadas pelos educadores, os fatores que influenciam a evasão de participantes em projetos esportivos e o papel da Educação Física no acesso ao esporte paralímpico. Essa abordagem permitiu identificar lacunas nas práticas inclusivas e propor reflexões sobre como superá-las, contribuindo para o desenvolvimento de um modelo de Educação Física mais equitativo e acessível.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O esporte é amplamente reconhecido como um instrumento poderoso para promover a inclusão social, mas sua efetividade depende da forma como é implementado. Neste sentido, Silva e Winckler (2022) destacam que o acesso ao esporte paralímpico pode transformar a vida de jovens com deficiência visual, proporcionando autonomia e visibilidade. No entanto, Solera et al. (2021) argumentam que “a percepção dos atletas paralímpicos sobre sua inserção social está diretamente ligada à acessibilidade das instituições esportivas, indicando que barreiras estruturais ainda limitam os impactos positivos dessa prática.” Essa dualidade evidencia que, embora o esporte tenha potencial transformador, sua aplicação prática exige superação de desafios sistêmicos, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e às políticas públicas (Marcelino, 2021).

3486

A Educação Física desempenha um papel central na promoção da participação de saúde por meio do movimento considerando os fatores biopsicossociais, mas sua implementação enfrenta resistências significativas. Em consonância a isso, Oliveira (2022) aponta que muitos professores carecem de formação adequada para lidar com alunos com deficiência, comprometendo a qualidade das intervenções pedagógicas. Contudo, Moraes, Bastos e Rodrigues (2022) destacam que educadores com alta autoeficácia conseguem criar ambientes mais acolhedores, mesmo em contextos desafiadores. Esses contrapontos sugerem que investimentos em capacitação docente são essenciais para maximizar o impacto da Educação Física como ferramenta de integração, além de reforçar a necessidade de uma abordagem mais humanizada e adaptada às necessidades individuais dos praticantes.

A acessibilidade é uma condição indispensável para garantir que as práticas corporais sejam verdadeiramente democráticas, mas sua implementação varia significativamente entre diferentes contextos. Dos Santos e Pereira (2023) enfatizam que “a acessibilidade vai além de adaptações físicas, englobando aspectos comunicacionais e metodológicos”. Contudo, Freitas

et al. (2022) observam que muitas políticas públicas ainda se concentram apenas em infraestrutura, negligenciando dimensões culturais e sociais. Essa lacuna reforça a necessidade de uma abordagem mais abrangente para tornar as atividades físicas acessíveis a todos, considerando as especificidades de cada grupo e promovendo mudanças estruturais que facilitem a participação plena.

Através do esporte, é possível impactar profundamente as dinâmicas socioculturais, mas também enfrentar resistências arraigadas. Com base nisso, Vianna, Arruda e Araújo (2022) identificaram que questões de gênero, como expectativas tradicionais sobre papéis femininos, contribuem para a evasão de meninas em projetos esportivos. Em contrapartida, Oliveira et al. (2021) demonstram que iniciativas como times femininos exclusivos podem reverter essa tendência, promovendo igualdade de gênero e empoderamento. Esses exemplos ilustram como mudanças estruturais podem mitigar barreiras socioculturais, mas também evidenciam que a participação equitativa exige um compromisso contínuo com a representatividade e a valorização da diversidade.

As atividades físicas têm o potencial de promover o desenvolvimento humano, mas seus benefícios nem sempre são equitativos. Dias et al. (2023) argumentam que programas bem planejados podem reduzir índices de criminalidade ao oferecer alternativas construtivas para jovens em situação de vulnerabilidade. No entanto, Ferreira e Garcia (2023) alertam que grupos marginalizados, como homens trans, frequentemente enfrentam discriminação nas práticas esportivas, limitando seu acesso aos benefícios do desenvolvimento humano. Essa dicotomia evidencia a importância de políticas inclusivas que considerem as especificidades de cada grupo, garantindo que o esporte seja um espaço acolhedor e transformador para todos.

As políticas públicas são fundamentais na promoção do esporte como ferramenta de transformação social, mas sua efetividade varia consideravelmente. Oliveira e Costa (2021) destacam avanços na regulamentação de políticas de esporte e lazer para pessoas com deficiência, mas criticam a falta de fiscalização e implementação dessas normas. De forma complementar, Freitas et al. (2022) ressaltam que iniciativas voltadas para o “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz” têm ganhado destaque acadêmico, mas ainda carecem de maior integração com práticas locais. Esses contrapontos reforçam a necessidade de articulação entre políticas e comunidades, promovendo uma abordagem mais participativa e colaborativa dos atores envolvidos.

Por meio do esporte, é possível contribuir para o desenvolvimento sustentável ao promover valores como cooperação, cidadania e respeito ao meio ambiente. Programas esportivos voltados à inclusão social têm se mostrado eficazes em diferentes contextos comunitários, especialmente quando integrados a políticas públicas locais. Como exemplo, podemos citar os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS), que visam estimular a prática esportiva entre estudantes da educação básica, fomentando o protagonismo juvenil, a integração escolar e o acesso democrático ao esporte. Essa iniciativa reflete como eventos esportivos podem ser ferramentas importantes de mobilização social e cultural, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo hábitos saudáveis entre os jovens.

Contudo, Freitas (2023) alerta que, apesar do potencial transformador do esporte, muitos projetos esportivos sociais enfrentam obstáculos estruturais que limitam sua efetividade. Entre eles, destacam-se a precariedade da infraestrutura, a falta de continuidade financeira e a ausência de formação específica dos profissionais envolvidos. Além disso, muitas iniciativas não são pensadas de forma participativa com as comunidades atendidas, resultando em ações pouco contextualizadas e de impacto temporário. Assim, embora programas como os JERGS representem avanços significativos, sua consolidação como estratégias de desenvolvimento sustentável depende de planejamento, investimento público consistente e articulação com outras políticas educacionais e sociais.

3488

Nesse sentido, Freitas et al. (2022) argumentam que muitas iniciativas esportivas ainda ignoram princípios de sustentabilidade, priorizando resultados imediatos sobre impactos de longo prazo. Essa tensão sugere que o esporte precisa ser repensado como parte de uma agenda mais ampla de desenvolvimento sustentável, integrando práticas ambientais, econômicas e sociais. Nesse contexto, o papel do professor de Educação Física ultrapassa os muros da escola e se estende à promoção da saúde pública, atuando em programas comunitários, clubes, academias e políticas públicas de lazer e atividade física para diferentes faixas etárias. Assim, ao formar indivíduos críticos e engajados com a prática corporal ao longo da vida, o profissional contribui não apenas para o combate ao sedentarismo e doenças crônicas não transmissíveis, mas também para a construção de comunidades mais saudáveis e inclusivas.

A representatividade é fundamental para garantir que as práticas corporais sejam percebidas como espaços acolhedores, mas ainda há lacunas significativas. Solera et al. (2021) apontam que a ausência de modelos inspiradores para grupos minoritários, como pessoas com deficiência ou minorias de gênero, limita o impacto do esporte como ferramenta de

transformação social. Por outro lado, Ferreira e Garcia (2023) destacam que o futebol pode ser uma plataforma de afirmação para homens trans, promovendo aceitação social e fortalecimento de identidade. Esses exemplos evidenciam a importância de visibilidade e representação para a participação plena, além de reforçar a necessidade de ampliar narrativas que valorizem a diversidade.

Os desafios metodológicos na Educação Física incluem a necessidade de adaptar práticas para atender às demandas de alunos com deficiência. Oliveira (2022) critica a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula, enquanto Silva e Winckler (2022) destacam casos de sucesso onde a adaptação metodológica resultou em maior participação. Esses contrastes sugerem que soluções inovadoras, como o uso de tecnologias assistivas, podem ajudar a superar barreiras metodológicas, promovendo uma educação física mais acessível e inclusiva.

O esporte pode gerar impactos econômicos positivos, mas também enfrenta desafios relacionados à distribuição de recursos. Dias et al. (2023) argumentam que programas esportivos podem reduzir custos sociais associados à criminalidade, enquanto Oliveira et al. (2021) destacam o potencial de times femininos para gerar receitas e promover empoderamento econômico. No entanto, Freitas et al. (2022) alertam que iniciativas mal planejadas podem agravar desigualdades, evidenciando a necessidade de planejamento estratégico que garanta benefícios equitativos para todas as partes envolvidas.

3489

A construção de uma cultura de pertencimento nas práticas esportivas exige mudanças profundas nas mentalidades e práticas institucionais. Moraes, Bastos e Rodrigues (2022) enfatizam que atitudes positivas dos professores são fundamentais para criar ambientes acolhedores, enquanto Solera et al. (2021) destacam que a mudança cultural depende de esforços coletivos. Esses contrapontos sugerem que a participação deve ser vista como um processo colaborativo, envolvendo educadores, gestores e comunidades, além de promover uma mentalidade de respeito e igualdade.

As perspectivas futuras para a transformação social por meio do esporte apontam para avanços significativos, mas também desafios persistentes. Silva e Winckler (2022) destacam o potencial do esporte paralímpico para promover inclusão, enquanto Oliveira e Costa (2021) alertam para a necessidade de maior regulamentação e monitoramento. Essas visões complementares reforçam a importância de uma abordagem holística que combine políticas

públicas, pesquisa acadêmica e práticas comunitárias, garantindo que o esporte seja um instrumento eficaz de transformação social.

As barreiras estruturais continuam sendo um obstáculo significativo para a democratização das práticas esportivas, mas soluções inovadoras estão emergindo. Dos Santos e Pereira (2023) destacam a necessidade de adaptações físicas e metodológicas, enquanto Freitas et al. (2022) enfatizam a importância de integrar esportes comunitários a agendas de desenvolvimento sustentável. Essas abordagens sugerem que soluções criativas podem superar barreiras estruturais, promovendo atividades corporais mais acessíveis e inclusivas para todos os grupos sociais.

O esporte tem o potencial de reduzir desigualdades, mas sua efetividade depende da forma como é implementado. Dias et al. (2023) argumentam que programas esportivos podem oferecer alternativas para jovens em situação de vulnerabilidade, enquanto Ferreira e Garcia (2023) destacam que grupos marginalizados precisam de políticas específicas para acessar os benefícios do esporte. Esses contrastes evidenciam a necessidade de abordagens diferenciadas para grupos distintos, garantindo que o esporte seja um espaço de oportunidades iguais para todos.

Em síntese, o esporte emerge como uma ferramenta poderosa para promover transformação social, desenvolvimento humano e sustentabilidade, mas sua implementação enfrenta desafios complexos. Os estudos de Silva e Winckler (2022), Solera et al. (2021) e outros autores destacam que o sucesso do esporte como instrumento de mudança social depende de uma combinação de fatores, como acessibilidade, formação docente e políticas públicas. Ao mesmo tempo, os contrapontos apresentados revelam que soluções inovadoras e colaborativas são essenciais para superar barreiras e maximizar os impactos positivos das práticas corporais, garantindo que elas sejam espaços democráticos e acolhedores para todos.

2.2.1 O papel da formação docente na preparação dos profissionais de Educação Física para uma perspectiva inclusiva

O profissional de Educação Física é essencial na promoção da inclusão social por meio do esporte e das atividades corporais. Silva e Winckler (2022) destacam que a disciplina pode ser uma ferramenta transformadora para jovens com deficiência visual, proporcionando autonomia e acesso ao esporte paralímpico. Entretanto, para que essa transformação ocorra de maneira eficaz, é imprescindível que os educadores estejam capacitados para lidar com as singularidades de cada grupo. A ausência de qualificação adequada, conforme aponta Oliveira

(2022), pode resultar em práticas excludentes, evidenciando a necessidade de repensar a formação inicial e continuada desses profissionais.

A formação docente é um elemento fundamental para garantir que os professores de Educação Física estejam preparados para atuar em contextos educacionais cada vez mais diversos e inclusivos. No entanto, estudos como o de Nascimento (2025) apontam que muitos profissionais enfrentam limitações formativas, especialmente no que diz respeito à compreensão das necessidades de alunos com deficiência, de diferentes identidades de gênero ou pertencentes a grupos historicamente excluídos. Ainda assim, mesmo quando há interesse por parte do professor em buscar capacitações complementares, fatores estruturais e institucionais muitas vezes impedem esse avanço. Afinal, por que investir tempo e recursos próprios em formações continuadas se elas não resultam em reconhecimento profissional, valorização salarial ou progressão na carreira?

Essa questão remete a uma crítica mais ampla sobre as condições de trabalho do magistério. Como destacado por Freitas et al. (2022), muitas políticas públicas esportivas e educacionais desconectam-se de princípios de sustentabilidade e justiça social, o que também se reflete na precarização da carreira docente. Professores de Educação Física, assim como outros profissionais da educação, frequentemente ingressam na profissão motivados pela vocação e pelo potencial transformador do esporte e da atividade física. Contudo, ao longo do tempo, são confrontados com baixos salários, falta de salubridade, jornada excessiva e ausência de incentivo institucional para aprimoramento profissional. Quando a capacitação extra não influencia diretamente no aumento da renda ou na melhoria das condições de trabalho, torna-se racional, embora lamentável, que muitos docentes priorizem sobrevivência imediata ao invés de investimentos em formação contínua. Assim, a falta de valorização do magistério acaba gerando um círculo vicioso: sem apoio institucional e reconhecimento financeiro, há menos motivação para busca de qualificação; sem qualificação, perpetuam-se práticas pedagógicas excludentes e tradicionais, dificultando ainda mais a efetivação de uma Educação Física verdadeiramente inclusiva.

Apesar dos avanços no campo da Educação Física, ainda persistem lacunas significativas na preparação dos professores para atender à diversidade. Oliveira (2022) ressalta que muitos educadores enfrentam dificuldades ao trabalhar com estudantes com deficiência, seja pela falta de conhecimento técnico ou pela escassez de recursos pedagógicos adaptados. Essas limitações comprometem a qualidade das intervenções e perpetuam barreiras à participação plena.

Moraes, Bastos e Rodrigues (2022) complementam essa análise ao enfatizar que a confiança dos docentes em suas habilidades está diretamente ligada à capacidade de criar ambientes acolhedores, o que demanda uma formação mais abrangente e prática.

Para superar essas fragilidades, torna-se fundamental reestruturar a formação docente com foco na inclusão. Solera et al. (2021) argumentam que os futuros educadores precisam desenvolver competências que vão além do domínio técnico das atividades físicas, incorporando habilidades como comunicação empática e adaptação metodológica. Além disso, os cursos de formação devem incluir disciplinas que abordem temas como acessibilidade, diversidade cultural e equidade de gênero. Essa abordagem permitirá que os profissionais estejam mais preparados para atender às demandas de uma sociedade plural, garantindo que todos os alunos se sintam valorizados e integrados.

A confiança dos educadores em suas capacidades é um fator determinante para o sucesso de práticas inclusivas. Moraes, Bastos e Rodrigues (2022) destacam que docentes com alta autoeficácia conseguem implementar estratégias mais eficazes para promover a participação equitativa. No entanto, essa segurança não surge espontaneamente; ela depende de uma formação robusta que ofereça suporte contínuo e oportunidades de aprendizado prático. Programas de atualização e capacitação também são essenciais para que os profissionais acompanhem as mudanças nas demandas sociais e nas políticas públicas relacionadas à inclusão.

3492

A formação docente deve priorizar a acessibilidade e a flexibilidade metodológica como pilares fundamentais para a inclusão. Dos Santos e Pereira (2023) enfatizam que a acessibilidade vai além de adaptações físicas, englobando aspectos comunicacionais e pedagógicos. Por exemplo, o uso de tecnologias assistivas e estratégias diferenciadas pode ser uma solução poderosa para incluir estudantes com deficiência. Contudo, como observado por Silva e Winckler (2022), essas práticas exigem que os educadores tenham conhecimento técnico e sensibilidade para aplicá-las de forma eficiente, reforçando a necessidade de uma preparação mais abrangente.

Além de suas funções práticas, os educadores protagonizam a construção de culturas inclusivas dentro das instituições esportivas e escolares. Solera et al. (2021) argumentam que os professores são agentes de mudança capazes de influenciar mentalidades e práticas institucionais. Quando bem preparados, eles podem promover valores como respeito, cooperação e igualdade, criando espaços onde a diversidade é celebrada. No entanto, como

alertam Vianna, Arruda e Araújo (2022), resistências socioculturais, como preconceitos de gênero, ainda persistem e precisam ser abordadas durante a formação para garantir que essas barreiras sejam superadas.

Além da formação inicial, é essencial que os educadores tenham acesso a programas de capacitação continuada. Oliveira e Costa (2021) destacam que as políticas públicas voltadas para a inclusão no esporte e lazer frequentemente carecem de implementação eficaz, em parte devido à falta de preparo dos profissionais. Freitas et al. (2022) complementam essa análise ao sugerir que a integração entre formação docente e políticas públicas é relevante para maximizar os impactos positivos dessas iniciativas. Assim, os educadores devem ser vistos como parceiros estratégicos na execução de programas inclusivos, recebendo o suporte necessário para atuar de forma eficiente.

Nesse contexto, as perspectivas futuras para a formação docente na área de Educação Física apontam para a necessidade de uma abordagem mais holística e interdisciplinar. Ferreira e Garcia (2023) defendem que os cursos de formação devem incorporar discussões sobre temas emergentes, como a inclusão de pessoas trans e a equidade de gênero, para refletir as demandas contemporâneas da sociedade. Ademais, é fundamental que a formação esteja alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo práticas que integrem dimensões sociais, econômicas e ambientais. Dessa forma, os futuros educadores estarão melhor preparados para enfrentar os desafios da inclusão e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar os impactos, possibilidades e desafios do esporte como instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano, com enfoque no papel da Educação Física e na formação dos profissionais que atuam nesse campo. A partir dessa análise, foi possível identificar que o esporte possui um potencial transformador inegável, capaz de promover autonomia, visibilidade e pertencimento para grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, mulheres e minorias de gênero. No entanto, esse potencial só pode ser plenamente realizado quando as práticas esportivas são planejadas e executadas de forma inclusiva, considerando as especificidades e necessidades de cada indivíduo.

Em resposta ao problema apresentado, ficou evidente que as barreiras à inclusão no esporte não estão apenas relacionadas à falta de infraestrutura física, mas também a questões

culturais, metodológicas e de formação. A ausência de preparo adequado dos educadores, por exemplo, limita a eficácia das intervenções pedagógicas e perpetua desigualdades. Para superar esses obstáculos, é fundamental que a formação docente seja repensada, incorporando abordagens mais abrangentes e sensíveis às demandas da diversidade. Assim, políticas públicas e programas de capacitação continuada desempenham um papel estratégico na construção de ambientes acolhedores e democráticos.

Quanto ao objetivo proposto, o estudo demonstrou que a inclusão por meio do esporte exige uma abordagem colaborativa, que envolva não apenas professores, mas também gestores, comunidades e formuladores de políticas. A promoção de valores como respeito, cooperação e igualdade deve ser priorizada, garantindo que todas as pessoas tenham acesso equitativo aos benefícios do esporte, independentemente de suas características físicas, sociais ou culturais. Ainda assim, é importante reconhecer que esse processo é contínuo e demanda esforços constantes para superar resistências e lacunas estruturais.

Por fim, conclui-se que o esporte e a Educação Física podem ser poderosos agentes de transformação social, desde que sejam implementados de maneira intencional e inclusiva. Para isso, é necessário investir em formação docente qualificada, políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas adaptadas às necessidades de todos os grupos. Somente assim será possível construir um futuro onde o esporte seja verdadeiramente um espaço de oportunidades iguais, contribuindo para uma sociedade mais justa, sustentável e humana.

REFERÊNCIAS

CADÓ, L. de F.; PALMA, L. E.; SAWITZKI, R. L. COMPREENSÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO AS DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE NA ESCOLA. *SciELO Preprints*, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5871.

DA SILVA, Maria Clara Costa; WINCKLER, Ciro. A Educação Física como meio de inclusão social e acesso ao esporte paralímpico em jovens com deficiência visual. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 23, n. 1, p. 131-144, 2022.

DA SILVA, Maria Clara Costa; WINCKLER, Ciro. A Educação Física como meio de inclusão social e acesso ao esporte paralímpico em jovens com deficiência visual. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 23, n. 1, p. 131-144, 2022.

DA SILVA, Maria Lavinia; NUNES, Meire Aparecida Lóde; BOARETTO, Juliana Dias. A HISTÓRIA DO CORPO NA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O CORCUNDA DE NOTRE DAME. *Revista Brasileira de Educação Física, Saúde e Desempenho-REBESDE*, v. 1, n. 1, 2025.

DIAS, Felype Augusto Roquete et al. O esporte como ferramenta para diminuição da criminalidade. *Anais da Semana da Pesquisa Jurídica*, v. 2, 2023.

DOS SANTOS, Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega; PEREIRA, Márcio. Esporte e inclusão: um estudo sobre acessibilidade. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 26, n. 1, p. 176-206, 2023.

FERREIRA, Noah Kyon Borges Caldas; GARCIA, Rafael Marques. Homens trans no esporte: o futebol como ferramenta de inclusão social. *Revista Mosaico*, v. 14, n. 1, p. 37-47, 2023.

FREITAS, Gustavo da Silva et al. O Esporte para o Desenvolvimento ea Paz nas revistas acadêmicas brasileiras: uma revisão de literatura integrativa. *Movimento*, v. 28, p. e28045, 2022.

JUNIOR, William Pereira Dos Santos et al. Corpos em movimento: desafios e percepções de gênero nas aulas de Educação Física. 2025.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Ed.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Autores Associados, 2021.

MORAES, Tatiane; BASTOS, Tânia; RODRIGUES, Paula. Atitudes e Autoeficácia dos Professores de educação física em relação à inclusão: estudo centrado na região de Lisboa-Portugal. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, p. e0028, 2022.

NASCIMENTO, Wesley de Souza. Percepção de professores/as de educação física sobre sua constituição profissional no contexto da inclusão escolar. 2025.

OLIVEIRA, Carlos José et al. Inclusão social pelo esporte: O estudo de caso do time feminino do clube português do Recife. *RILCO DS: Revista de Desarrollo sustentable, Negocios, Emprendimiento y Educación*, v. 3, n. 19, p. 3, 2021.

OLIVEIRA, Cybelle Aline. Educação Física inclusiva dos alunos com deficiência: uma revisão sistemática da literatura. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 4, p. 151-161, 2022.

OLIVEIRA, Debora; COSTA, Luciana Assis. Avanços na Regulamentação da Política de Esporte e Lazer para as Pessoas com Deficiência. *Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 2021.

PALMA, Luciana Erina; LEHNHARD, Greice Rosso. Aulas de educação física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 42, p. 115-126, 2012.

PINTO, Jacyguara Costa et al. O papel da Educação Física no desenvolvimento social e emocional dos alunos. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 11, p. 3-12, 2025.

SANTIAGO, Luiz Felipe Gonçalves. Inclusão e igualdade: a atuação de pessoas trans no esporte e seus direitos. *REVISTA DELOS*, v. 18, n. 66, p. e4905-e4905, 2025.

SOLERA, Bruna et al. Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. *Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación*, n. 42, p. 655-661, 2021.

VIANNA, Jose Antonio; ARRUDA, Ulhiana Maria de Medeiros; ARAÚJO, Paulo Coelho. Motivos para a evasão das meninas em Projetos de Inclusão Social por meio do esporte. *Educação & Formação*, v. 7, 2022.